



Artigos

Fenomenologia hermenêutica e psicologia experimental do desenvolvimento¹

Hermeneutical Phenomenology and Experimental Psychology of Development

DOI: 10.12957/ek.2020.51551

Prof. Dr. Róbson Ramos dos Reis
Universidade Federal de Santa Maria
robsonramosdosreis@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-5380-1192>

RESUMO

No presente artigo, examino a possibilidade de uma colaboração produtiva entre psicologia experimental do desenvolvimento e fenomenologia hermenêutica. De um lado, considero a contribuição da fenomenologia hermenêutica para o paradigma processual-relacional nas ciências do desenvolvimento, com foco no metamodelo enativista. De outro, examino a possível repercussão de resultados da psicologia experimental do desenvolvimento nas análises da fenomenologia hermenêutica. O fenômeno da imitação neonatal diferencial é tomado como um campo para o exame de tal colaboração bilateral. O artigo é concluído com um esboço programático de uma fenomenologia desenvolvimental da compreensão de ser.

ABSTRACT

In this paper I examine the possibility of a productive collaboration between Experimental Psychology of Development and Hermeneutic Phenomenology. On the one hand, I consider the contribution of Hermeneutic Phenomenology to the Process-Relational paradigm research in developmental sciences, with a focus on the enactivist metamodel. On the other hand, I examine the possible impact of findings from Experimental Developmental Psychology in the analytical results of Hermeneutic Phenomenology. The phenomenon of differential neonatal imitation is taken as a field for examining such bilateral collaboration. The article concludes with a programmatic outline of a developmental phenomenology of the understanding of being.

Palavras-chave: Fenomenologia Hermenêutica. Psicologia do Desenvolvimento. Heidegger. Pluralismo Ontológico. Fenomenologia Desenvolvimental.

Keywords: Hermeneutic Phenomenology. Developmental Psychology. Heidegger. Ontological Pluralism. Developmental Phenomenology.

¹ Esse trabalho recebeu o apoio do CNPq e da FAPERGS.

Introdução.

Em acepção modesta, a naturalização na fenomenologia consiste no compromisso de troca produtiva com as ciências empíricas, observando a especificidade teórica do empreendimento epistêmico da filosofia (ZAHAVI, 2010). A atitude de mútuo esclarecimento (GALLAGHER, 1997) implica genericamente três direções de influência. De um lado, a fenomenologia não pode ignorar as descobertas concretas das ciências empíricas, aceitando revisar e refinar as análises fenomenológicas a partir de resultados da investigação empírica. De outro, a fenomenologia contribui no nível metateórico, oferecendo métodos e resultados analíticos que incidem na elucidação dos supostos básicos das ciências empíricas (ZAHAVI, 2010, p. 14-15). Acrescente-se também uma contribuição no nível teórico, com a construção fenomenológica de paradigmas experimentais: neurofenomenologia e fenomenologia *front-loading* (GALLAGHER, 2010, p. 24-29; GALLAGHER & ZAHAVI, 2012, p. 38-46). Nesse nível, situam-se as diversas propostas de metodologias fenomenológicas de pesquisa qualitativa e obtenção de dados (MARTINY, 2015, p. 557; ZAHAVI, 2019a; 2019b, p. 122-129; ZAHAVI & MARTINY, 2019, p. 159-160).

Não obstante, tal fenomenologia naturalizada torna-se robusta ao também se comprometer com a revisão das noções de natureza e filosofia transcendental. Advogando por um conceito de natureza rico o suficiente para acomodar tópicos como significado, contexto, perspectiva, *affordance* e sedimentação cultural, a fenomenologia naturalizada revisa, na esteira do próprio movimento fenomenológico, a distinção empírico/transcendental. Naturalmente, tão forte revisão não deixa intocado o próprio conceito de ciência (ZAHAVI, 2010, p. 15-17). Modificando o conceito de natureza na direção de uma concepção relacional, os fenômenos a serem explicados cientificamente são vistos como irreduzíveis, o que implica a interdição dos programas reducionistas (GALLAGHER, 2018a, p. 129-131). Conjectura-se que a naturalização da fenomenologia, ao promover tamanha mudança no conceito de natureza, seria mais contundente do que uma mudança de paradigma. Em realidade, estaria sendo fomentado um giro meta-copernicano cujas consequências para a prática científica ainda não são divisíveis (GALLAGHER, 2018a, p. 134-135).

Tais revisões ambiciosas por certo exigem coragem. Mas a coragem não é dispensada quando se adota a modéstia do trabalho nas questões específicas resultantes da interação *in concreto* de fenomenologia e ciências empíricas (ZAHAVI, 2010, p. 17). Nessa atmosfera, é formulado o tema do presente artigo: a relação entre a fenomenologia hermenêutica (Heidegger) e a psicologia experimental do desenvolvimento.

Em geral, a interação entre fenomenologia e ciências cognitivas tem sido levada adiante a partir de conceitos e doutrinas extraídos das obras de Husserl, Merleau-Ponty e Sartre. A atenção à fenomenologia hermenêutica de Heidegger tem sido pontual. Por exemplo, no campo da teoria da agência e da percepção, ressalta-se a correlação entre os conceitos de *Zuhandenheit* e *affordance* (GALLAGHER, 2018a, p. 130; GALLAGHER & ZAHAVI, 2012, p. 111). Na teoria da afetividade, a análise da estrutura da *Befindlichkeit* e das sintonias (*Stimmung*) foi amplamente desenvolvida na teoria dos sentimentos existenciais (RATCLIFFE, 2005; 2008). Na extensão dessa atitude, é desejável, assim, um exame da relação da fenomenologia hermenêutica com a psicologia do desenvolvimento.

Uma razão interna que justifica a proposição desse tema reside na concepção histórica da investigação científica que resulta da fenomenologia hermenêutica. Segundo Heidegger (1986, p. 9), o nível de uma ciência está na sua capacidade de gerar uma crise nos conceitos fundamentais de suas teorias. Nessa concepção, as ciências são levadas a problemas de fundamentos, ingressando no domínio das questões filosóficas, cuja formulação adequada demanda as operações da fenomenologia hermenêutica (REIS, 2018). Com a proposição e a elaboração do modelo metateórico enativista, considera-se que as Ciências Cognitivas entraram em outra fase, não reducionista e dinâmico-relacional (VARELA *et al.*, 2016, p. 4-9). Com a progressiva adoção de uma visão de mundo processual-relacional e uma metateoria sistêmico-relacional, avalia-se que está em curso uma mudança de paradigma nas ciências do desenvolvimento (WITHERINGTON *et al.*, 2018, p. 183-188; OVERTON, 2015, p. 26-39). Aceitando esse diagnóstico, tais mudanças nos conceitos fundamentais recomendam um exame da interação possível entre psicologia experimental do desenvolvimento e fenomenologia hermenêutica.

Em razão da dificuldade de resenhar os resultados filosoficamente mais impactantes advindos de áreas produtivas da recente psicologia experimental do desenvolvimento, e dado os limites do presente artigo, o meu objetivo é programático. Nas partes 1 e 2, examino a interação entre psicologia do desenvolvimento e a fenomenologia do desenvolvimento de Merleau-Ponty, tomada como um caso paradigmático de mútua colaboração. Na parte 3, delimito a noção de fenomenologia hermenêutica para, na parte 4, examinar a relação entre metateoria e abordagem existencial da ciência. Nas partes 5 a 7, abordo a contribuição da fenomenologia hermenêutica para a metateoria das ciências do desenvolvimento, tendo como foco o metamodelo enativista. Nas partes 8 a 10, examino o problema da relação entre fenomenologia hermenêutica e abordagens experimentais, considerando o campo dos estudos sobre a imitação neonatal. Nas partes 11 e 12, por fim, esboço um programa de investigação sobre o desenvolvimento no modo de ser da existência.

1. Um caso paradigmático de revisão da fenomenologia.

A publicação dos cursos de Merleau-Ponty (1964) sobre psicologia infantil promoveu uma significativa recepção na psicologia fenomenológica. De um lado, a fenomenologia existencial fomentou importante crítica à abordagem cognitiva de Piaget, que falharia em reconhecer que a experiência vivida da criança é uma experiência originária, e perderia de vista o mundo percebido por ela. Em última instância, Piaget teria traduzido em categorias adultas a experiência infantil, deixando de apreender a estrutura e o equilíbrio próprios da consciência da criança (ROJCEWICZ, 1987, p. 202, 208, 211-213 e 220-221). De outro lado, a abordagem de Merleau-Ponty também foi avaliada como dotada de um potencial metateórico ao promover um giro hermenêutico na psicologia do desenvolvimento (SIMMS, 1993, p. 32). Especificamente em relação à investigação de Daniel Stern (1985), a contribuição da fenomenologia existencial, visando a passagem do conhecimento dos dados observacionais sobre o desenvolvimento do *self* pré-verbal para o conhecimento da natureza da experiência infantil, consolidaria o entendimento de que os infantes são previamente orientados para forjar integrações, representando um equilíbrio diferente do dos adultos. Apesar de a experiência infantil do

mundo ser radicalmente distinta da vivência adulta, a fenomenologia existencial ressaltaria que os infantes estão primariamente imersos em uma experiência significativa (SIMMS, 1993, p. 35). Além disso, o círculo hermenêutico estaria explicitamente reconhecido na distinção entre o infante observado e o infante clínico (STERN, 1985, p. 13-18). O infante clínico pertence à dimensão capaz de fornecer a compreensão que não é proporcionada pelos resultados dos métodos observacionais, levando a psicologia do desenvolvimento para o domínio das ciências interpretativas (SIMMS, 1993, p. 30-31).

No entanto, uma importante revisão na fenomenologia do desenvolvimento infantil elaborada por Merleau-Ponty foi proporcionada por descobertas empíricas e elaborações teóricas na psicologia experimental do desenvolvimento. Com a incorporação de tecnologias de captura de imagens, os estudos sobre imitação neonatal se intensificaram e disseminaram nas três últimas décadas do século XX. A partir dos resultados dessas investigações, Gallagher e Meltzoff (1996) evidenciaram a imprecisão da concepção do desenvolvimento infantil elaborada por Merleau-Ponty. Os estudos sobre imitação facial e de gestos, que foram comprovados como existentes já nas primeiras horas de vida após o nascimento, se mostraram como inconsistentes com uma concepção muito difundida acerca do estágio inicial do desenvolvimento infantil: a hipótese da fusão ou indissociação do infante em relação ao ambiente.

Merleau-Ponty, seguindo a psicologia do desenvolvimento da época, assumiu a tese de que o neonato se encontra num estágio em que não há diferenciação entre si mesmo e ambiente. Tal hipótese, conhecida como adualismo, fusão, socialidade sincrética, autismo natural (STAWARSKA, 2003, p. 91; ROCHAT, 2004, p. 31-32), baseava-se na falta de evidências de que o infante seria capaz de distinguir entre estimulação própria e exógena. Adotando a terminologia de Wallon, Merleau-Ponty (1964, p. 135) considera que o estágio inicial do desenvolvimento infantil é determinado pela socialidade sincrética, baseada no fenômeno do transitivismo, ou seja, a ausência da distinção entre si mesmo e outro. A ausência de conexões neurais, controle muscular, equilíbrio corporal e a falta de uma imagem e esquema corporais tornam inconsistente aceitar a possibilidade da percepção neonatal. Portanto, os recém-nascidos não seriam capazes de imitação antes de 8 meses de vida (STAWARSKA, 2003, p. 91), e, eventualmente, seriam desprovidos de ego (DILLON, 1978, p. 87-89).

As descobertas experimentais sobre a percepção neonatal tiveram um impacto notável. Foi fortemente sugerida a existência de comportamentos imitativos já nas primeiras horas e dias após o nascimento. Neonatos são capazes de percepção externa, imitam gestos e expressões faciais, corrigem aproximativamente para combinar com o modelo imitado e imitam com atraso, implicando um sistema cognitivo complexo que inclui memória (GALLAGHER & MELTZOFF, 1996, p. 220-224; STAWARSKA, 2003, p. 89-90). A explicação teórica desses achados empíricos conduziu ao modelo da Combinação Ativa Inata, de acordo com o qual os recém-nascidos dispõem de um sistema supramodal inato capaz de combinar a percepção visual com a propriocepção. A informação percebida visualmente é combinada com a informação proprioceptiva num sistema supramodal inato, o que permite a ação imitativa. Desse modo, a despeito da imaturidade neurológica, os neonatos já dispõem de um esquema e imagem corporais rudimentares que possibilitam a percepção externa e a imitação (GALLAGHER & MELTZOFF, 1996, p. 223-227).

As implicações dessa teoria são significativas. A hipótese etológica da imitação neonatal como mecanismo reflexo de disparo automático por estimulação é excluída. Desde o nascimento, os neonatos possuem um senso primitivo de si e de diferença em relação ao ambiente. A indiferenciação nunca é completa, sendo sugerida a existência de um *self* proprioceptivo primordial (GALLAGHER & MELTZOFF, 1996, p. 227 e 220). Além disso, desde o nascimento os infantes estão em um mundo com outros, e a socialidade primitiva não pode ser concebida como sendo a experiência de fusão e confusão com o ambiente. Portanto, a hipótese da socialidade sincrética, de uma coletividade anônima e indiferenciada, não tem consistência com os achados experimentais. Além disso, a formulação da noção de um ego ecológico, baseada nos estudos experimentais sobre a percepção neonatal, permite rejeitar decisivamente a hipótese da fase inicial de indiferenciação (NEISSER, 1988, p. 40).

É evidente que esses achados e explicações teóricas oferecidos na psicologia experimental do desenvolvimento obrigam a revisão da concepção fenomenológica de Merleau-Ponty acerca do estágio inicial do desenvolvimento infantil. É um caso claro de colaboração produtiva, em que uma análise fenomenológica precisa ser revisada ou mesmo abandonada a partir de resultados da ciência empírica. Conjectura-se que esses

avanços teóricos irradiariam para outros temas fundamentais da fenomenologia de Merleau-Ponty, na medida em que a hipótese da socialidade sincrética estaria na base de uma tese ontológica sobre o primado da vida anônima sobre a ipseidade individuada (STAWARSKA, 2003, p. 92-93). Seja como for, o fato é que os estudos sobre imitação neonatal falseiam a hipótese da indiferenciação primeva, obrigando a revisão da concepção fenomenológica sobre o desenvolvimento infantil elaborada por Merleau-Ponty. Apesar desse grande impacto crítico, o caso da fenomenologia existencial da infância também exemplifica uma colaboração no sentido contrário, como esclarecimento de supostos básicos da psicologia experimental do desenvolvimento.

2. Da fenomenologia à psicologia do desenvolvimento.

A sugestão de elucidar as investigações de Daniel Stern na psicologia experimental do desenvolvimento a partir da fenomenologia do desenvolvimento infantil (Merleau-Ponty) recebeu uma contundente crítica. Sustentou-se que a psicologia experimental de Stern não representa nenhum giro hermenêutico, mas, sim, a persistência do sonho positivista de conhecimento transparente da natureza infantil a partir das tecnologias de pesquisa. Apesar de não ser dirigida às concepções de Merleau-Ponty, a objeção hermenêutica de que a noção de *self* empregada na psicologia experimental do desenvolvimento seria um constructo cultural etnocêntrico também atingiria a fenomenologia transcendental que, supostamente, buscaria essências não históricas (JOHNSON, 1994, p. 92). Em termos gerais, a crítica sustenta que uma fenomenologia orientada hermeneuticamente não pode interagir produtivamente com teorias do desenvolvimento geradas em ciências inconscientes dos preconceitos de sua situação hermenêutica. Ao contrário, uma fenomenologia adequada da infância precisa considerar os horizontes culturais, históricos e políticos que condicionam o entendimento da infância e da família (JOHNSON, 1994, p. 94). Supostamente, essa consideração não estaria no horizonte da psicologia experimental do desenvolvimento.

A resposta a essa objeção insistiu que uma fenomenologia fundacional da infância questionaria tais pressuposições da psicologia do desenvolvimento, apesar de não se limitar à crítica conceitual, oferecendo os meios para pensar o *self* para além do

relativismo cultural (SIMMS, 1994, p. 229, 231). Deste modo, foi esboçado um modelo fenomenológico-existencial do desenvolvimento do *self*, implicando uma radicalização do modelo relacional, além de propor uma investigação desenvolvimental do ser infantil com base no corpo, no ser com outros, no ser no espaço e tempo e no ser na linguagem (SIMMS, 1994, p. 233). Nessa direção, e a partir da descrição heideggeriana da estrutura do cuidado, Richard Knowles (1986) elaborou um marco teórico para situar a psicologia do desenvolvimento. Existencialidade, facticidade e decaída formam o paradigma para o exame específico da abordagem psicanalítica do desenvolvimento formulada por Erikson (KNOWLES, 1986, p. 7-19). Salvo melhor juízo, não foi realizada outra aproximação entre a fenomenologia hermenêutica de Heidegger e a psicologia do desenvolvimento.

A despeito da revisão de um dos seus fundamentos no entendimento do desenvolvimento infantil, a fenomenologia existencial de Merleau-Ponty foi avaliada como portadora de um potencial de esclarecimento para a psicologia experimental do desenvolvimento. O diálogo pode ser bilateral, preservando o espírito de uma investigação transdisciplinar em cuja agenda não estaria apenas a refutação científica, mas também a potenciação de análises fenomenológicas (STAWARSKA, 2003, p. 93). As investigações sobre imitação neonatal e cognição social oferecem suporte para o *insight* fenomenológico da vida humana como constituída por experiência significativa já no nascimento. Recentemente, estudos sobre desenvolvimento no marco fenomenológico retomaram orientações extraídas da obra de Merleau-Ponty (MORRIS, 2017). A hipótese de uma determinação retrospectiva do potencial de desenvolvimento (MACLAREN, 2017) presta-se a um exame comparativo com a noção de mudança relacional retrospectiva, que pode ser derivada da noção de compreensão hermeneuticamente situada (REIS, 2017). Conjectura-se, portanto, que a fenomenologia possuiria uma caixa de ferramentas apropriada para interpretar os dados coletados na pesquisa experimental sobre a imitação, as habilidades perceptuais e a sintonia afetiva.

Recorde-se que o modelo explicativo de Meltzoff e Moore exigia a existência de um esquema supramodal inato, com o processamento de representações visuais e proprioceptivas. Na hipótese de que os estudos sobre habilidades perceptivas tenham que ser teorizados com base na noção de hábitos perceptivos, e não apenas com o processamento de informação e representação, então as noções de corpo sensível e

corporificação cumprem um papel importante (STAWARSKA, 2003, p. 94). Esse foi o caso com o desenvolvimento do modelo enativista. No plano dos fundamentos metateóricos, a fenomenologia existencial de Merleau-Ponty contribuiu decisivamente para identificar teses metafísicas sobre mente descorporificada nos modelos explicativos do desenvolvimento da cognição social e da imitação neonatal (STAWARSKA, 2003, p. 6). A lição importante a ser apreendida com o caso da fenomenologia existencial do desenvolvimento infantil é a de que a fenomenologia pode oferecer uma contribuição importante no exame dos supostos epistemológicos e ontológicos implicados nas teorias do desenvolvimento infantil. Além dessa contribuição, há também a pretensão igualmente ambiciosa de contribuir diretamente com o desenho experimental e com a própria experimentação: a fenomenologia *frontloading* e a neurofenomenologia. Após esse excursão, retomo a consideração de uma possível colaboração bilateral entre fenomenologia hermenêutica e psicologia experimental do desenvolvimento.

3. Fenomenologia hermenêutica.

A transformação hermenêutica da fenomenologia pode ser identificada em três grandes compromissos. O primeiro deles é o primado da ontologia na fenomenologia. O nível primitivo da interação humana com entes é o da experiência significativa. Isso quer dizer que os comportamentos intencionais são normatizados, e os entes são encontrados segundo a estrutura básica do algo como algo. Além disso, a qualificação significativa dos entes é relativa à sua localização num horizonte de possibilidades. Integra esse horizonte a condição de constituição ontológica dos entes que são experimentados significativamente. Dito de outro modo, todo comportamento intencional supõe a antecipação do modo de ser do correlato intencional. O segundo compromisso é o da modalização da ontologia. As estipulações de constituição ontológica são condições metanormativas que possibilitam maneiras de determinação, individuação, existência e patentização dos entes. Como possibilidades internas, as condições de constituição não são redutíveis a um modo único ou mais básico. A fenomenologia hermenêutica está comprometida, portanto, com o pluralismo ontológico. O terceiro compromisso é o de que as possibilidades internas são dadas em uma compreensão. Aqui, evidencia-se o giro

hermenêutico da fenomenologia. Todo comportamento intencional é estruturado por uma compreensão na qual são dados os modos de ser, os quais, por sua vez, abrem campos intencionais normatizados em que os entes comparecem em significados.

É bem conhecido como esses compromissos se traduzem num projeto complexo, cujo ponto de partida reside na elucidação do modo de ser do ente que se determina exatamente como capaz da compreensão de ser. O distintivo do ser humano, segundo Heidegger, reside na determinação originada da relação compreensiva com os modos de ser, incluindo o próprio modo de ser. Compreensão disposta (*befindliches Verstehen*) é a estrutura complexa da abertura humana para entes e para ser. Sendo compreensivo, a explicitação dos constituintes ontológicos do ser humano é uma interpretação que resulta na exibição de estruturas existenciais, cuja unidade é capturada com o conceito de cuidado (*Sorge*). Em termos gerais, o modo de ser dos humanos estipula uma determinação por projeção lançada em possibilidades existenciais e uma individuação dinâmica e histórica. A projeção em possibilidades existenciais implica uma condição ontológica intrinsecamente relacional: relação a modos de ser e a possibilidades próprias. A individuação histórica implica o colapso e a retomada de identidades práticas baseadas em possibilidades herdadas.

É pertinente ressaltar, em particular, a análise da estrutura existencial da compreensão, que é formulada como projeto lançado em possibilidades. Lançar-se em possibilidades existenciais relacionadas a modos de ser se dá a partir de uma situação hermenêutica condicionada por pressupostos. O complexo de antecipações na compreensão revela a conhecida estrutura circular da compreensão. Assim como a compreensão não acontece sem pressuposições, não há compreensão que não se modifique interpretativamente, ganhando explicitação conceitual e linguística. O caráter situado da compreensão, em consonância com a condição lançada da projeção em possibilidades, introduz uma opacidade irreduzível na apreensão dos horizontes e das possibilidades internas (WITHY, 2011). A opacidade na situação hermenêutica associa-se com um compromisso ontológico adicional, que postula um auto-ocultamento interno à dinâmica de patentização dos modos de ser (WITHY, 2017). Apesar de esquemática, essa caracterização da fenomenologia hermenêutica fornece uma plataforma suficiente para examinar o tema da relação com a psicologia experimental do desenvolvimento.

4. Metateoria e abordagem existencial da ciência.

A eventual colaboração entre fenomenologia hermenêutica e psicologia experimental do desenvolvimento depende da compatibilidade dos resultados obtidos nesses domínios de investigação. Nesse sentido, é apropriado introduzir uma análise formal que distinga dois níveis de investigação: teórico e metateórico. O nível teórico contém os conceitos teóricos e as teorias, assim como os resultados da investigação observacional. O nível metateórico abrange os dois subníveis observacional e teórico, contendo as fundações conceituais com as quais opera a atividade teórica e empírica nas ciências. Na metateoria, estão os conceitos de pano de fundo, as pressuposições mais básicas sobre a natureza da realidade e sobre como se conhece essa realidade. Na metateoria de uma ciência estão, portanto, os compromissos ontológicos e epistemológicos que operam normativamente no nível da teoria (WHITERINGTON *et al.*, 2018, p. 1-3).

O nível metateórico admite uma descrição mais refinada, com a diferenciação adicional de dois subníveis hierarquizados. No nível superior, situam-se os paradigmas ou visões de mundo, formados por conceitos ontológicos e epistemológicos. No nível intermediário, estão os metamodelos, derivados dos conceitos do nível superior. Tais sistemas conceituais intermediários são menos gerais do que os superiores, contendo princípios que são mais específicos aos domínios observacionais de referência de uma investigação. O conjunto da metateoria (paradigmas e metamodelos) proporciona os princípios para a construção de modelos, teorias e métodos específicos (WHITERINGTON *et al.*, 2018, p. 5). É decisivo reconhecer que a investigação no nível metateórico é estritamente filosófica, integrada, por exemplo, pela análise conceitual.

Essa estruturação é plenamente compatível com a abordagem existencial da ciência que resulta da fenomenologia hermenêutica. Segundo essa abordagem, a investigação científica em domínios particulares supõe o estabelecimento positivo do domínio de referência a partir de conceitos fundamentais. Tais conceitos possuem compromissos ontológicos que resultam em concepções epistemológicas sobre o acesso, o conhecimento, a justificação e a comunicação do conhecimento dos itens do domínio.

Com base nesses supostos, originam-se disciplinas científicas e projetos de tematização teórica dos respectivos domínios de investigação. Contudo, a tematização e o esclarecimento desses supostos é tarefa da investigação filosófica, que se diferencia qualitativamente das demais investigações positivas.

A contribuição da fenomenologia hermenêutica situa-se, portanto, no nível mais elevado da metateoria, a saber, no plano das implicações ontológicas supostas nas teorias e metamodelos científicos. O aporte propriamente fenomenológico e hermenêutico consiste na tematização da gênese ontológica dos conceitos fundamentais das teorias, a partir da qual se delinea o campo da análise conceitual. Considerando o pluralismo ontológico da fenomenologia hermenêutica, a correspondente contribuição metateórica é revisionista, no sentido de identificar a eventual falta de adequação ontológica na projeção dos domínios de referência de entes dotados de modos de ser específicos. Evidentemente, daqui se segue uma hermenêutica crítica, mas também construtiva em relação aos projetos de tematização científica.

Nesse ponto, sugere-se a objeção de que a interação entre fenomenologia hermenêutica e ciências positivas (entre elas a psicologia experimental do desenvolvimento) seria unidirecional, típica de uma particular concepção transcendental e fundacionista da fenomenologia. A contribuição não seria recíproca, porque os resultados da investigação científica, sendo condicionados por uma complexa metateoria, não poderiam consistentemente ter impacto nos resultados da fenomenologia hermenêutica. Dito de outro modo, a elucidação da metateoria necessita de recursos metodológicos e conceituais que não podem ser derivados dos métodos e conceitos pertinentes ao nível da teoria científica. O condicionado não elucida a condição. Como será visto a seguir, o próprio Heidegger sugeriu, em duas ocasiões, essa atitude sobranceira.

5. Da fenomenologia hermenêutica à psicologia empírica.

A delimitação da analítica existencial em relação à antropologia, à psicologia e à biologia é justificada por Heidegger com o argumento de que essas ciências positivas se sustentam sobre fundamentos ontológicos indeterminados (HEIDEGGER, 1986, p. 49).

Ele constata a reorientação da psicologia de sua época, que, afastando-se de uma abordagem naturalista inspirada na física e na química, aproxima-se de uma concepção definida por tendências antropológicas sustentadas no conceito de pessoa viva atuando na história (HEIDEGGER, 1988, p. 161). No entanto, na psicologia, ainda faltaria uma resposta suficientemente justificada do ponto de vista ontológico para a questão do modo de ser dos entes humanos (HEIDEGGER, 1986, p. 67). Essa resposta, além disso, não seria obtida pela via de uma metafísica indutiva, ou seja, inferindo hipoteticamente os fundamentos ontológicos da psicologia a partir do material empírico. O argumento tem como premissa a concepção de que, já na reunião do material empírico, operam pressupostos ontológicos. A lição extraída de tais considerações sustenta que, dados os propósitos de uma analítica ontológica do modo de ser da existência humana, o recurso à psicologia não é justificável, pelo fato de que essa disciplina, seja qual for sua orientação, tem em seus fundamentos respostas indeterminadas para a questão ontológica em tela. Em outras palavras, dado que a psicologia supõe uma ontologia metateórica, avaliada por Heidegger como insuficientemente justificada, nenhum resultado da pesquisa psicológica pode contribuir para o problema ontológico do modo de ser do ser humano.

O tema ressurge no contexto mais específico da elucidação da percepção, a propósito da interpretação da doutrina kantiana da existência como posição. Heidegger considera a objeção de que uma psicologia científica, que investiga rigorosamente e com base factual a percepção, teria proporcionado a Kant outro conceito de existência, evitando perspicácias vazias e construções conceituais dualistas. O ponto é generalizado para a questão de se uma psicologia rigorosa firmada no solo dos fatos pode ser o fundamento de todo problema filosófico. Heidegger apresenta duas considerações críticas, antecedidas por uma avaliação sobre a mudança histórica na psicologia, sustentando que praticamente todas as tendências contemporâneas da psicologia (psicologia Gestalt, do desenvolvimento, do pensamento, eidética) pretendem ter superado o naturalismo da psicologia do século XIX e definido a vida com o objeto da psicologia. Psicologia e antropologia biológica seriam as ciências positivas das manifestações da vida em sua realidade total. Considerando que essas disciplinas possuem sua justificativa e significado próprios, Heidegger dirige duas questões à

psicologia como tal, independentemente de suas orientações particulares (HEIDEGGER, 1976, p. 69-71).

A primeira é uma consideração sobre os fatores que promoveram a mudança nos fundamentos da psicologia. Segundo Heidegger, não foram os resultados da investigação psicológica que conduziram à mudança na definição de seu domínio temático, mas uma reorientação geral no modo de formulação de questões. Os resultados são derivados dos modos de interrogação na investigação. Além disso, a natureza física e psíquica sempre responde nos experimentos apenas àquilo que se lhe interroga. Por conseguinte, os resultados da pesquisa positiva apenas confirmam o questionamento fundamental em que se movem as investigações. A própria pesquisa positiva não é capaz de justificar e iluminar o sentido do questionamento fundamental e da maneira de tematização dos objetos de seu domínio de referência. Resultados, portanto, são relativos a maneiras de tematização e formas de questionamento, sendo que a própria investigação positiva não é apta para justificar tais condições de base (HEIDEGGER, 1976, p. 71-72).

A segunda questão qualifica a mudança no objeto de investigação da psicologia como uma ampliação complementar do domínio. Não obstante a ampliação, a psicologia continua sendo uma investigação sobre uma determinada região de objetos ou entes. Assim sendo, ela pressupõe uma delimitação da constituição ontológica dos objetos do domínio. A tematização dessa pressuposição, contudo, é a tarefa própria da filosofia. No curso da história de uma ciência, as mudanças nos fundamentos eventualmente conduzem à tematização dos supostos ontológicos, porém, a prática científica retorna à investigação positiva sem atentar para as suposições que a condicionam. Daqui se segue que, mesmo se Kant dispusesse de uma psicologia exata da percepção, tal psicologia não teria promovido a tarefa de clarificação do conceito de existência. Um esclarecimento de conceitos filosóficos não é promovido por uma ciência cuja metateoria não é justificada pela própria investigação teórica positiva (HEIDEGGER, 1976, p. 71-76).

Aparentemente, a lição dessas duas referências declara que a colaboração entre fenomenologia hermenêutica e psicologia experimental do desenvolvimento seria unidirecional. Apenas a filosofia pode contribuir com as ciências, atuando no nível superior da metateoria. Os resultados da investigação positiva no nível da teoria não seriam categorialmente adequados para explicitar e justificar os metamodelos e

paradigmas metateóricos. Contudo, essa conclusão precisa ser qualificada. Tal qualificação permite que seja admitida uma colaboração bidirecional em que a psicologia possa contribuir positivamente em relação aos resultados da análise fenomenológica.

6. Da psicologia empírica à fenomenologia hermenêutica.

Admitir que a investigação nas ciências positivas e empíricas possa ter consequências no empreendimento epistêmico da fenomenologia hermenêutica é controverso. A justificação dessa tese pouco ortodoxa exige uma argumentação complexa que opera em dois movimentos. O primeiro deles estabelece a consistência entre a metateoria da psicologia e a fenomenologia hermenêutica. O ponto decisivo reside na historicidade da situação hermenêutica da filosofia e da psicologia. Ressalte-se que a falta de uma ontologia do modo de ser da existência, avaliação que institui o projeto da analítica da existência e da ontologia fundamental, também afeta a metateoria da psicologia. Ao comentar a passagem da psicologia naturalista para a psicologia personalista, cujo objeto seria a pessoa viva atuante na história, Heidegger questiona precisamente a construção da ontologia implicada no conceito de pessoa com base na composição estratificada de modos de ser (HEIDEGGER, 1988, p. 177). A crítica acusa a falta de uma ontologia do modo de ser da existência (e um pressuposto metaontológico adicional que será retomado adiante). Com a elaboração da analítica existencial em *Ser e Tempo*, muda a situação hermenêutica na filosofia e na psicologia, tornando possível uma revisão construtiva dos supostos ontológicos da metateoria da psicologia. Consequentemente, pode ser elaborada uma psicologia fenomenológico-hermenêutica consistente com a ontologia da existência.

Se há consistência entre a metateoria da psicologia e a fenomenologia hermenêutica, então é possível uma colaboração que seja bidirecional. No entanto, uma objeção derivada da própria abordagem existencial de ciência precisa ser examinada. Considerando que a psicologia disponha de uma metateoria fenomenológico-hermenêutica, então os resultados da investigação positiva no nível da teoria apenas confirmarão o tipo de questionamento e o projeto de tematização em execução. O impacto dos resultados teóricos na psicologia não seria de revisão, mas apenas de confirmação das

análises fenomenológicas. Contudo, para que a colaboração seja produtiva, não pode estar excluída a possibilidade de que os resultados da pesquisa psicológica impliquem revisão, e não apenas confirmação, dos *insights* e resultados da fenomenologia hermenêutica. Já o segundo movimento da argumentação vai nessa direção.

A ontologia fenomenológico-hermenêutica da existência tem como objetivo apresentar e elucidar as estruturas ontológicas dos entes dotados do modo de ser da existência. Na terminologia de Heidegger: interpretar o ser dos entes humanos. O componente fenomenológico nessa empresa ontológica parte de uma tese de base segundo a qual ser é sempre ser de entes. Em outros termos, as condições de constituição ontológica são acessíveis apenas nos entes. Consequentemente, os entes devem estar dados na situação hermenêutica da ontologia da existência. Heidegger atribuiu a Husserl o mérito de ter ensinado a compreender o sentido da “empíria” filosófica, ou seja, de que a investigação sobre os supostos ontológicos deve partir de uma base fenomenal adequadamente elaborada (HEIDEGGER, 1986, p. 60, n. 9). Neste sentido, a investigação empírica de uma psicologia ontologicamente adequada à hermenêutica pode contribuir com a elaboração adequada da base fenomenal da ontologia da existência.²

Entretanto, o decisivo nesse segundo movimento reside na característica histórica da ontologia da existência. Dado que a analítica existencial elucidada a historicidade constitutiva do existir humano, a interpretação ontológica precisa refletir tal historicidade. Além disso, considerando a opacidade estrutural derivada da condição de projeto lançado, uma ontologia da existência não pode pretender transparência completa. É possível que a elaboração da base fenomenal, com a contribuição da psicologia, obrigue a revisão dos resultados fenomenológicos. A ontologia da existência admite, portanto, modificação, ampliação ou mesmo revisão. Caso esse rudimento de argumentação seja cogente, é consistente pensar uma colaboração bilateral entre fenomenologia hermenêutica e as ciências positivas, entre elas a psicologia e, em particular, a psicologia experimental do desenvolvimento. Essa conclusão, contudo, ainda é incipiente. Em que medida uma investigação experimental pode ser consistente com uma metateoria fenomenológico-

² Wheeler (2012, p. 188-189) formulou o argumento de modo mais elaborado, sustentando que, na concepção heideggeriana da fenomenologia, há uma via de mão dupla na colaboração entre ontologia fundamental, ontologia regional e ciência empírica. Ver, por exemplo, a execução feita por Heidegger de uma orientação circular na interpretação dos conceitos fundamentais da biologia como maneira de esclarecimento ontológico (REIS, 2010, p. 431).

hermenêutica? O exame desse problema exige uma consideração mais geral sobre a contribuição da fenomenologia hermenêutica para a metateoria da psicologia experimental do desenvolvimento.

7. Mudanças metateóricas nas ciências do desenvolvimento.

Segundo historiadores e epistemólogos, as ciências do desenvolvimento experimentam uma mudança metateórica importante. Transitando de um paradigma reduutivo, dualista e mecânico, as ciências do desenvolvimento teriam adotado uma metateoria processual e relacional. Nesse paradigma, as categorias ontológicas incluem holismo, atividade, organização e uma noção processual de natureza. No aspecto epistemológico, são dominantes as noções de holismo, compreensão relacional, multiplicidade de pontos de vista de análise e de formas de explicação. Central no paradigma processual-relacional é o conceito de sistema, que é entendido como uma organização de partes definidas por suas relações com outras partes e com o todo. Esse paradigma inclui vários metamodelos, em função dos tipos de sistema admitidos (desenvolvimentais, dinâmicos, psicobiológicos etc.). O ser humano, por exemplo, é visto como um sistema dinâmico holístico. Organismos vivos, por sua parte, são compreendidos como uma organização plástica de relações parte-todo, endogenamente ativos, autorregulados, auto-organizados, autopoéticos e enativos. A ação concomitante de sistema e ambiente implica a contextualização situada e a emergência de propriedades sistêmicas (WITHERINGTON *et al.*, 2018, p. 3-8).

O metamodelo enativista, originado dos desenvolvimentos internos nas ciências cognitivas, tem inspiração em *insights* e análises fenomenológicas.³ Além de uma concepção acerca da cognição, o enativismo possui algumas variantes, a partir de noções básicas como cognição corporificada, integração dinâmica de sistemas, *affordance* e situação (WARD *et al.*, 2017). A abordagem enativista é antirreducionista, ao conceber a cognição como emergente da interação de processos cerebrais, corporais e ambientais. Além disso, a concepção enativista de vida, derivada das contribuições de Francisco

³ Entendido mais amplamente como uma filosofia da natureza (GALLAGHER, 2017, p. 21-23), o enativismo não seria apenas um metamodelo, mas integrante do paradigma no topo da metateoria.

Varela e Maturana, acentua uma característica não descontinuista, no sentido de que os sistemas vivos são integralmente determinados por relações cognitivas e experiências significativas. A normatividade na vida prolonga-se dos níveis mais simples aos mais complexos, por exemplo, nos sistemas situados em ambientes saturados de *affordances* culturais. A continuidade de vida e mente é um dos aspectos mais gerais da noção enativista de vida (DI PAOLO, 2018, p. 73-75). Central na abordagem enativista é a objeção à noção de significado (e cognição) baseada na ideia de processamento de representações discretas e internas. Enação (*enaction*) é a perspectiva segundo a qual o domínio cognitivo (normatividade significativa) não é constituído nem interna nem externamente, mas emerge da interação histórica entre um sistema autônomo e seu ambiente (DI PAOLO, 2018, p. 82).

Evidentemente que essa rápida menção à mudança na metateoria das ciências do desenvolvimento é incompleta e não faz justiça à complexidade de noções e perspectivas que integram o metamodelo enativista. No entanto, ela é suficiente para indicar esquematicamente uma possível contribuição da fenomenologia hermenêutica. É bastante claro que a objeção desconstrutiva do compromisso da psicologia com uma ontologia moderna, dualista e baseada na polaridade sujeito-objeto e no representacionalismo, é anacrônica em relação à metateoria processual-relacional. Assim sendo, uma contribuição fenomenológica crítica precisa orientar-se para contextos teóricos mais específicos. A noção de sistema dinâmico, operante no paradigma processual-relacional, por exemplo, depende da noção de relação. O holismo relacionalista, no qual a organização de um sistema é uma função das relações, aparenta ser um caso de uma ontologia de relações internas. Neste sentido, a fenomenologia hermenêutica, que também é intrinsecamente comprometida com um relacionalismo ontológico (WEBERMAN, 2001), lecionaria uma consequência ontológica adicional e robusta, qual seja, a admissão de propriedades relacionais genuínas. A não fixidez do passado histórico, além disso, também seria uma doutrina implicada por um relacionalismo ontológico hermenêutico (REIS, 2017). É o caso, portanto, de investigar se esse compromisso está explicitamente presente na nova metateoria das ciências do desenvolvimento e, em caso positivo, que implicações possuiria para a noção de desenvolvimento.

A fenomenologia hermenêutica também está comprometida com uma versão modal do pluralismo ontológico. Segue-se que o conceito de relação deve receber uma determinação própria conforme os modos de ser. Isso implica que o relacionismo seria equívoco e de significação analógica. Considerando a generalidade categorial que vigora entre os modos de ser (REIS, 2020b), as especificações categoriais de “relação” seriam primitivas. Esse problema ontológico extremamente formal precisaria ser examinado no marco específico da noção de sistema dinâmico, no intuito de excluir eventuais transgressões categoriais no paradigma processual-relacional. As consequências epistemológicas do pluralismo ontológico e do relacionismo, por outro lado, devem ter repercussão nas noções epistemológicas da metateoria, especialmente naquelas derivadas da adoção de uma noção de generalidade categorial. Salvo melhor juízo, a agenda dessa análise ainda está por ser definida.

8. Fenomenologia hermenêutica e enativismo.

De igual modo, o programa que desdobra a contribuição da fenomenologia hermenêutica no plano do metamodelo enativista ainda não foi estabelecido. Isso se deve ao fato de que a complexidade e diversidade de temas que integram as agendas do enativismo precisam ser primeiramente conhecidas no marco fenomenológico-hermenêutico. As variedades do enativismo representam um fator complicador, na medida em que certos temas metafísicos e fenomenológicos abordados no enativismo autopoético não comparecem nas variantes sensoriomotor e radical do enativismo (WARD *et al.*, 2017, p. 371-372). Considerando a falta circunstancial de uma sistemática que organize a eventual contribuição da fenomenologia hermenêutica para o metamodelo enativista, serão simplesmente listados a seguir quatro temas para exame futuro.

1) Os conceitos de *affordance* e situação podem ser analisados em comparação com as noções de possibilidade existencial e situação hermenêutica. A estrutura de pressupostos da situação hermenêutica tem algum análogo na noção enativista de situação? Dado que o pluralismo ontológico também irradia para as noções modais, segue-se que o conceito de possibilidade também é de significação analógica. Que

implicações se seguem disso para a noção de *affordance* como possibilidade relacional e real (ELIAS, 2017, p. 246-247)?

2) O anti-representacionalismo também está implicado na noção de compreensão hermenêutica. No entanto, o primado da ação engajada sobre a representação explícita precisa ser considerado no marco ampliado da autorreferência prática implicada na projeção em possibilidades existenciais. Nesse sentido, a fenomenologia hermenêutica oferece outras lições além do primado do engajamento prático em um ambiente cuja significatividade é estruturada pelo modo da *Zuhandenheit*. Nesse contexto, uma comparação entre a abordagem hermenêutica da percepção (RODRIGUEZ, 2012; REIS, 2018b) e as concepções ecológica e enativista da percepção fornecem um campo pertinente de avaliação. Do mesmo modo, uma comparação entre a teoria hermenêutica da individuação histórica, com a tese da individuação por colapso de identidades práticas e apropriação de possibilidades herdadas, e a noção de individuação enativista (DI PAOLO, 2020) perfaz um domínio promissor para testar a contribuição da fenomenologia hermenêutica para o esclarecimento da metateoria que inclui o modelo enativista.

3) O pluralismo ontológico da fenomenologia hermenêutica é o campo para uma avaliação de consistência com o metamodelo enativista. O problema que se apresenta é o de se a tese metafísica da continuidade vida-mente, fundamental no enativismo autopoético, representa uma forma de monismo ontológico. Recorde-se que a objeção de Heidegger à virada personalista na psicologia fundava-se na crítica ao monismo estratificado de modos de ser (HEIDEGGER, 1988, p. 177). Num plano mais específico, mesmo admitindo formas básicas de intencionalidade, Heidegger considera que a intencionalidade hermenêutica dos humanos é relativa a uma diferença entre modos de ser. Caso a diferença entre capacidades cognitivas baseadas em interação sensoriomotora adaptativa e capacidades cognitivas baseadas em interações promovidas por andaimes socioculturais (*socioculturally scaffolded capacities*, WARD *et al.*, 2017, p. 373) implicar monismo ontológico, então há um ponto de incompatibilidade entre enativismo radical e fenomenologia hermenêutica.

4) A tese da continuidade entre vida e mente pode ser examinada a partir da hermenêutica da natureza viva esboçada por Heidegger, que é parte importante, diga-se de passagem, da justificação do pluralismo ontológico. Um ganho comparativo adicional nesse tópico reside no fato de que Heidegger chega a uma concepção relacionalista e de codeterminação ambiente-organismo com base numa interpretação de conceitos fundamentais das teorias biológicas de Jakob von Uexküll, mas sobretudo da fisiologia do desenvolvimento de Hans Spemann. Essa concepção, contudo, não implica monismo ontológico, sugerindo a compatibilidade com a fenomenologia hermenêutica. Nesse ponto, um tema importante na justificação da tese enativista da continuidade vida e mente é a assim chamada “inferência de Jonas” (WARD *et al.*, 2017, p. 370). Em que medida a concepção de que “a vida somente pode ser conhecida pela vida” é um caso de círculo hermenêutico? A interpretação privativa (REIS, 2010) não precisaria figurar entre as noções epistemológicas da metateoria que abriga o enativismo?

O enativismo, por fim, surgiu como um programa de pesquisa que permitiria fechar a lacuna entre as investigações empíricas sobre a mente e as análises fenomenológicas sobre a experiência vivida (WARD *et al.*, 2017, p. 365). Assim sendo, a elucidação desse metamodelo também permite abordar o tema da relação entre método experimental e fenomenologia hermenêutica, em particular no campo da psicologia experimental do desenvolvimento. Esse é o tema da próxima parte.

9. Fenomenologia hermenêutica e abordagens experimentais.

Como foi visto, a metateoria nas ciências do desenvolvimento modificou-se substancialmente, exibindo compatibilidade com a fenomenologia hermenêutica. Em termos epistemológicos, uma abordagem hermenêutica é compatível com uma abordagem experimental? Há um impedimento de princípio para investigar experimentalmente um ente cuja determinação é dada por projeção em possibilidades e relacionalidade compreensiva a si e ao ambiente? É consistente uma abordagem experimental na investigação psicológica sobre um ente cujo modo de ser é a existência? Esse tema foi abordado há três décadas, no contexto do esforço para aumentar a

proximidade da psicologia com abordagens interpretativas e hermenêuticas (MESSER *et al.*, 1988).

A tese de que as abordagens hermenêutica e empírica na investigação psicológica possuem uma tarefa em comum e podem aprender mutuamente foi sustentada a partir da constatação das mudanças estruturais na psicologia introduzidas com a revolução cognitiva (MEICHENBAUM, 1988). Se é correto que a abordagem hermenêutica ensinou o constrangimento da investigação por uma situação contextual que obriga a questionar o falso senso de objetividade e privilégio epistemológico da experimentação (por exemplo, na descontextualização da medição), a virada cognitiva na psicologia mostrou que é incorreta a identificação de empirismo com behaviorismo (MEICHENBAUM, 1988, p. 122). Desse modo, é plenamente compatível uma abordagem empírica de agentes que atuam compreensiva e interpretativamente em contextos significativos. Uma ciência empírica do significado considera que a população estudada se caracteriza por ser compreensiva e praticante de uma hermenêutica da vida cotidiana, ao mesmo tempo em que caracteriza a investigação psicológica como sendo interpretativa. Assim, a interpretação na investigação psicológica integra a abordagem empírica da pesquisa sobre a significação na vida de agentes interpretativos, ultrapassando a restrição posta com a clássica distinção epistemológica entre as ciências humanas compreensivas e as ciências naturais explicativas.

A proposta de um empirismo hermenêutico foi fortemente criticada a partir da premissa de que a abordagem hermenêutica considera que certas doutrinas centrais no cognitivismo são conceitualmente falsas (WAKEFIELD, 1988, p. 137). A argumentação é complexa, e consiste na recusa do empirismo, mesmo cognitivista, com base no entendimento propriamente hermenêutico da noção de significado. Mais precisamente, o conceito hermenêutico de significado proporciona dois argumentos para interditar uma abordagem empírica na investigação psicológica. O primeiro deles é epistemológico, e sustenta que a natureza situada da compreensão, que implica a intransparência estrutural da compreensão dos significados (SASS, 1988, p. 241-245), torna impossível descobrir a significação com métodos empíricos. Contudo, novos métodos poderiam superar as dificuldades pragmáticas da investigação (WAKEFIELD, 1988, p. 139-141). O segundo argumento, por sua vez, mais robusto, é ontológico.

A natureza do significado é que torna inapropriado o estudo dos agentes hermenêuticos com métodos empíricos. No cognitivismo psicológico, o significado é categorizado como representação (crenças, juízos, valores, emoções). As representações, por sua vez, são suscetíveis de estudo experimental. A objeção hermenêutica consiste em recusar a concepção representacionista do significado. A ação significativa está situada em um *background* de práticas de onde deriva a significação, que é compreendida sem a mediação de representações. A determinação do significado não é dada por representações, mas pelos padrões de práticas que integram o pano de fundo pragmático em que se movem os agentes. Além disso, não haveria uma linguagem apropriada para descrever o *background* não representacional da significação (WAKEFIELD, 1988, p. 142-144). A conclusão é que o empirismo hermenêutico, justificado a partir do cognitivismo na psicologia, não é consistente.

Está fora dos limites do presente artigo examinar os detalhes dessa controvérsia. Ressalte-se, contudo, que a etapa enativista nas ciências cognitivas surgiu como um programa de pesquisa que visava fechar o *gap* entre os estudos empíricos sobre a mente e as descrições fenomenológicas sobre a experiência vivida. Além disso, um dos fundamentos do modelo enativista reside exatamente na crítica à noção representacionista de significado, crítica essa que é originada de resultados analíticos da tradição fenomenológica. Hipoteticamente, portanto, a metateoria processual-relacionista das ciências do desenvolvimento e o metamodelo enativista forneceriam recursos para responder à objeção de inconsistência no empirismo hermenêutico.

Acrescente-se, contra a variante epistemológica da objeção, que o desenvolvimento da neurofenomenologia e da fenomenologia *frontloading* são proposições recentes para investigar não ingenuamente o âmbito da ação significativa. É pertinente ressaltar que um estudo experimental, baseado na proposta da fenomenologia *frontloading*, foi desenvolvido no intuito de oferecer evidências empíricas para a tese heideggeriana acerca da mudança da compreensão de ser que ocorre quando se dão as perturbações nas ocupações instrumentais (DOTOV *et al.*, 2010). A conclusão geral, mesmo que carente de justificação detalhada, é a de que a fenomenologia hermenêutica não exclui uma abordagem experimental no estudo científico dos agentes compreensivos.

Essa conclusão precisa ser inserida no campo mais específico da metateoria da psicologia do desenvolvimento. Novamente, não é possível oferecer aqui nada além de um comentário programático. No vocabulário da concepção existencial de ciência, o problema da adequação hermenêutica da abordagem experimental pertence ao domínio mais amplo da avaliação do projeto de tematização na psicologia experimental do desenvolvimento. Um projeto de tematização inclui suposições metateóricas ontológicas, epistemológicas, metodológicas e comunicacionais. Nesse sentido, um dos problemas básicos na avaliação do projeto de tematização reside na elucidação da situação hermenêutica que condiciona a abordagem experimental na psicologia do desenvolvimento. Nessa perspectiva, não é uma objeção o reconhecimento de que o infante laboratorial é em parte um constructo. Ao contrário, dado que a compreensão é sempre situada, também outras formas de compreensão da vida significativa dos infantes estão condicionadas por pressupostos hermenêuticos. Nos termos do conhecido lema da fenomenologia hermenêutica, o problema consiste na correta entrada no círculo hermenêutico.

Uma relevante contribuição hermenêutica na elucidação do projeto de tematização na psicologia experimental do desenvolvimento reside exatamente no asseguramento crítico da situação hermenêutica que institui a abordagem experimental. A análise da estrutura de pressupostos – posição, visão e conceitualização prévias – é um ponto de partida plausível nessa contribuição. Contudo, o alcance geral dessa análise é limitado, e a colaboração precisa ser executada tomando em consideração as execuções particulares do método experimental na psicologia do desenvolvimento. Não obstante, não é evidente a necessidade da presunção de que a investigação experimental esteja integralmente carregada de ingenuidade hermenêutica e responsabilidade ideológica (JOHNSON, 1994, p. 90-91 e 94; CUSHMAN, 1991, p. 217).

Philippe Rochat, por exemplo, considera que há duas opções para investigar o mundo dos infantes. A primeira é uma reconstrução baseada na interpretação daquilo que os adultos recordam e reconstróem de suas próprias infâncias. A dificuldade aqui reside na qualidade integralmente adulta da situação hermenêutica. A outra opção consiste em observar e experimentar diretamente com os bebês. Para abordar o mundo dos infantes, há o caminho de observá-los diretamente em ambientes onde possam ocorrer a

experimentação sistemática e o registro validado, controlando ao máximo possível a interferência da subjetividade adulta. Essa via é, além disso, compatível e colaborativa com as observações parentais, com a diferença que toma explicitamente em consideração a interferência de variáveis não controladas e a influência da experiência adulta (ROCHAT, 2004, p. 8-10). Aparentemente, portanto, a abordagem experimental no estudo do mundo infantil é aquela cuja situação hermenêutica está mais criticamente assegurada. Um campo de possível colaboração adicional é, por exemplo, a elucidação hermenêutica do paradigma da habituação, que é avaliado como o mais eficaz em permitir a compreensão da percepção, discriminação e conceitualização dos infantes (ROCHAT, 2004, p. 10-11). Da mesma forma, os estudos fenomenológicos sobre a memória implícita podem contribuir para o exame da situação hermenêutica em que se justifica o paradigma da habituação (CASEY, 2000; FUCHS, 2000; 2011; 2012; 2017; 2018).

Nesse ponto, é imprescindível ressaltar que, no marco da explicitação da metateoria processual-relacional nas ciências do desenvolvimento, um conceito básico na psicologia de desenvolvimento tem recebido um impacto analítico significativo, o que sugere um esclarecimento hermenêutico. Considera-se que uma tarefa crítica em investigação científica responsável é a construção de pontos de partida (*baselines*) para medições, que servem de base de contraste para comparação de amostras e dados manipulados. Nesse sentido, objetou-se que os psicólogos adotaram como *baseline* para suas medições certas concepções sobre a natureza humana fundadas em convicções ocidentais e iluministas de populações educadas, ricas, industrializadas e democráticas. Em contraste, a construção de pontos de partida para a medição do desenvolvimento humano com base em abordagens transdisciplinares e historicamente mais ricas surge como uma consequência da adoção do paradigma processual-relacional (WITHERINGTON *et al.*, 2018, p. 14-16). Não seria esse exatamente um caso de asseguramento da situação hermenêutica a partir da ampliação da rede de conceitos prévios que atuam na construção de *baselines* sobre a natureza e o desenvolvimento humanos? Seja como for, a minha sugestão é que, no marco geral de uma metateoria processual-relacional, as abordagens experimentais em psicologia do desenvolvimento não são em princípio incompatíveis com a fenomenologia hermenêutica, fornecendo, além disso, o campo de problemas para uma colaboração produtiva no âmbito da

elucidação dos projetos de tematização do desenvolvimento infantil. A seguir, será considerado um exemplo nessa direção de investigação colaborativa.

10. Imitação neonatal.

Em artigo seminal, que apresentou os resultados de observações experimentais sobre a imitação de gestos faciais por recém-nascidos, Meltzoff e Moore (1977) alegam ter evidenciado que infantes com menos de 21 dias de vida (alguns com menos de 60 minutos de existência) exibem uma competência imitativa que não é consistente com uma explicação baseada em um mecanismo inato de disparo. O modelo explicativo sugere a existência de um esquema supramodal inato, que permite ao infante combinar ativamente estímulos visuais com propriocepções, agindo para imitar os gestos faciais de um modelo. Tais resultados têm consequências para as teorias do desenvolvimento cognitivo e social e para as concepções sobre capacidades inatas dos humanos, obrigando, além disso, a uma revisão das concepções correntes sobre a infância (MELTZOFF & MOORE, 1977, p. 75 e 78).

Essas descobertas formaram um marco fundamental na psicologia do desenvolvimento. Os estudos sobre a imitação neonatal tornaram-se abundantes e controversos, com o reconhecimento de sua relevância para a neurociência e os estudos sobre cognição social. Na parte 1, foi reportada a avaliação de que esse fenômeno implicava a implausibilidade da hipótese do adualismo ou sincretismo social, refutando uma das concepções básicas da fenomenologia do desenvolvimento infantil proposta por Merleau-Ponty. Um senso de distinção entre si mesmo e o ambiente é trazido com o infante ao nascer, situando-se na origem da intersubjetividade pré-simbólica (BEEBE *et al.*, 2003, p. 780). Também a fenomenologia foi afetada por essas descobertas.

Estudos do fenômeno da imitação neonatal também conduziram à formulação da teoria da intersubjetividade primária. Com base em estudos experimentais e microanálise de gravações da interação face a face entre mãe e bebê, foi sugerida a hipótese de que os infantes humanos nascem equipados com mentes mutuamente sensíveis. Eles possuem uma consciência dos sentimentos e propósitos dos seus parceiros de interação, antes da aquisição da linguagem e antes mesmo de uma interação mediada por referência

intencional a objetos (BEEBE *et al.*, 2003, p. 783-784, TREVARTHEN, 1979, p. 345-347). A imitação neonatal, estudada com ênfase na interação diádica, sugere não apenas uma distinção entre si mesmo e ambiente, mas uma intersubjetividade que já está presente no nascimento (BEEBE *et al.*, 2003, p. 789). Nesse ponto, a hipótese do estágio inicial de fusão e indistinção é novamente problematizada com o reconhecimento da existência do fenômeno da intersubjetividade primária.

Dados os limites do presente trabalho, será abordado a seguir um estudo sobre o fenômeno da imitação neonatal que exhibe problemas filosóficos aptos para exemplificar o tópico da naturalização da fenomenologia hermenêutica. A partir de uma definição operacional de imitação diferencial, Vincini e colaboradores (2017) examinam as principais explicações das descobertas existentes na investigação sobre imitação neonatal. Dois modelos explicativos são avaliados como os mais plausíveis e submetidos à exame, com base na proposição de um desenho experimental. Dessa avaliação, resultam importantes consequências para problemas básicos no campo da cognição social. Esse estudo é relevante, além disso, porque tanto a proposição do desenho experimental quanto algumas das consequências na teoria da cognição social estão diretamente relacionadas com resultados de análises fenomenológicas.

A definição operacional de imitação neonatal diferencial estipula que há imitação gestual quando duas condições são satisfeitas: 1) há incremento estatisticamente significativo na ocorrência de um comportamento em face de um comportamento modelado; e 2) esse incremento é contrastado com a frequência de um comportamento diante de outro comportamento modelado. Por exemplo, se há maior frequência de protusão de língua em contraste com a frequência de abertura de boca. Ademais, a imitação diferencial também implica esse incremento comparativo para mais de um gesto. Uma razão para a adoção dessa definição consiste no fato de que, caso sejam experimentalmente identificadas ocorrências de instâncias desse conceito, então a explicação por excitação reflexa está excluída (VINCINI *et al.*, 2017, p. 2-3). Uma característica teoricamente notável da definição é que podem ser evidenciadas ocorrências de imitação diferencial que não seriam identificadas com a noção usual de imitação. Essa diferença entre a noção comum e a definição operacional de imitação diferencial fornece maior rigor para a extração de consequências teóricas dos achados

experimentais sobre imitação neonatal e suas interpretações (VINCINI *et al.*, 2017, p. 3). Temos aqui um caso pertinente de análise conceitual que opera como asseguramento da situação hermenêutica de instalação de experimentos. Caberia à abordagem fenomenológico-hermenêutica interpretar o significado dessa assincronia entre o conceito usual e operacional de imitação para o projeto de compreensão do mundo infantil.

Antes de proceder o exame das principais hipóteses explicativas da imitação neonatal, o estudo avalia criticamente o modelo da Combinação Genética Diretamente Programada, que explica a imitação neonatal com base na ativação de neurônios espelho. Tal modelo é considerado insuficiente para explicar o fenômeno específico da imitação diferencial propriamente dita (VINCINI *et al.*, 2017, p. 5). Posto isso, três hipóteses são examinadas: excitação por inibição e descarga, Combinação Intermodal Ativa (AIM) e Associação por Similaridade (AST). A primeira hipótese implica a não existência de imitação diferencial. As duas restantes implicam a existência de um núcleo genuíno de comportamentos imitativos em neonatos. Em AIM, os bebês humanos teriam sido evolutivamente equipados com um sistema representacional supramodal que comensura o sistema perceptual com o sistema de ação. Em AST, não está implicada a propensão inata para a imitação, e o comportamento imitativo é passivo, baseado no mecanismo de associação por similaridade (VINCINI *et al.*, 2017, p. 6-9).

Tendo examinado evidências que tornam AIM menos plausível, o estudo de Vincini e colaboradores oferece uma proposta de desenho experimental como forma de testar AST. A premissa teórica sustenta que a hipótese por excitação é negativa, ou seja, as evidências que falseiam a hipótese e que admitem imitação diferencial implicam a confirmação da hipótese por excitação, o que se apresenta, então, como a explicação mais simples. O desenho experimental tem como meta testar AST. Caso os resultados sejam confirmadores, a hipótese por excitação é descartada. O procedimento que antecede a proposição de um desenho experimental para testar AST consiste em evidenciar como um modelo alternativo, que foi bem-sucedido em falsear AIM, não será operativo com AST. Depois desse procedimento, é apresentado um desenho experimental para testar a hipótese de associação por similaridade.

Em relação ao problema da relevância do fenômeno da imitação diferencial para a investigação sobre a cognição social, é pertinente destacar que o modelo de associação

por similaridade suporta a hipótese da percepção social direta. Essa hipótese, por sua vez, pertence a um domínio teórico conhecido como Teoria da Interação social. Tal teoria se contrapõe aos modelos dominantes em cognição social, a saber, teoria da leitura de mente, teoria da simulação e teoria-teoria. Nesse sentido, a explicação da imitação diferencial com base na associação por similaridade não necessita do recurso a atos mentais como percepção de comportamento, comparação entre comportamentos, inferência teórica e rotinas simulacionais para apreender estados intencionais de outras pessoas. É importante registrar que o desenho experimental proposto, caso possa verificar a hipótese da associação por similaridade, oferece suporte à hipótese da percepção social direta e a certas análises fenomenológicas da intencionalidade social (VINCINI *et al.*, 2017, p. 13). Como é sabido, a fenomenologia *frontloading* tem um duplo rendimento, a saber, colaborar produtivamente com a investigação experimental e justificar a plausibilidade de *insights* fenomenológicos. A partir do exposto, conclui-se que, no campo dos estudos sobre imitação neonatal, a via de mão dupla entre fenomenologia e estudos experimentais é estabelecida com sucesso.

Essas breves recapitulações de temas filosóficos, relacionados com a investigação científica sobre o fenômeno da imitação neonatal, são suficientes para indicar uma direção em que a abordagem fenomenológico-hermenêutica pode aportar uma contribuição produtiva. Além do exame da situação hermenêutica do desenho experimental proposto, o pluralismo ontológico também permite a conjectura de se o tipo de capacidade requerida para a associação por similaridade possuiria uma determinação propriamente existencial ou não. Além disso, se a associação por similaridade de estímulo e experiências passadas não pode dispensar uma noção pragmática de similaridade (VINCINI *et al.*, 2017, p. 13), sugere-se que a formação de hábito e a memória corporal implícita precisam ser consideradas na metateoria dos estudos sobre imitação neonatal. Nesse caso, a contribuição hermenêutica orienta-se para um campo de problemas relacionado com a ligação entre concepções psicológica e coletiva da memória (RUIN, 2015). Por fim, se é evidenciado o fenômeno da imitação diferencial neonatal, então o problema do desenvolvimento da apreensão das condições metanormativas deve ser posto com independência da aquisição da linguagem. Esse parece ser um ponto crucial para a

abordagem hermenêutica, caso se considere a determinação linguística como primitiva na apreensão das condições de constituição ontológica.

Com esse último problema, torna-se manifesto que o fenômeno da imitação neonatal não é apenas o campo para uma contribuição hermenêutica na metateoria das investigações psicológicas e das metodologias experimentais. Os estudos sobre esse fenômeno revelam-se como potencialmente produtivos para os resultados das análises fenomenológico-hermenêuticas. Nesse caso, inverte-se a direção de impacto colaborativo, e a pergunta mais geral indaga se, de modo análogo à fenomenologia do desenvolvimento infantil apresentada por Merleau-Ponty, os resultados da psicologia experimental do desenvolvimento obrigam a revisão em conceitos e doutrinas da fenomenologia hermenêutica. Esse tema será abordado em linhas gerais no tópico seguinte.

11. Desenvolvimento existencial.

Um requisito básico para admitir uma colaboração positiva da psicologia experimental do desenvolvimento para a fenomenologia hermenêutica consiste em eliminar a restrição a uma abordagem desenvolvimental do modo de ser da existência. Em razão dos limites do presente artigo, não examinarei a compatibilidade de um exame do pluralismo ontológico com marco desenvolvimental. Registre-se apenas que o entendimento dos modos de ser como possibilidades internas numa dimensão de generalidade categorial permite conceber um desenvolvimento das condições ontológicas de constituição, sem, com isso, implicar uma abordagem reduitiva e, portanto, monista. Situar a analítica existencial numa abordagem desenvolvimental significa formular o programa de uma investigação ontogenética da existência. Já foi dito que, dados os objetivos da ontologia fundamental, seria injusto esperar da analítica existencial uma abordagem de temas sobre o desenvolvimento (GALLAGHER & JACOBSON, 2012, p. 227). Também já foi sugerido que a condição intrinsecamente temporal da existência humana implica que a psicologia humana precisa ser posta no marco desenvolvimental (KNOWLES, 1986, p. 8). Considerando a constituição temporal e histórica da existência, o estatuto das estruturas existenciais não interdita uma dinâmica de desenvolvimento. Por

certo, se isso for correto, então a natureza da constituição transcendental precisa ser entendida de modo não ortodoxo.

O projeto de uma elucidação desenvolvimental da existência integra um exame da dinâmica que conduz ao desenvolvimento das estruturas existenciais, ao desenvolvimento da estrutura do cuidado (a unidade de facticidade, existencialidade e decaída), da temporalidade originária e da finitude. Já foi sugerido que o nascimento na existência significa nascer para o estranhamento, a mortalidade e a finitude (SVENAEUS, 2000, p. 9). No detalhe, o desenvolvimento existencial seria a dinâmica de chegar à condição de projeto lançado, o movimento de formação de constância existencial por colapso de identidade prática e retomada de possibilidades herdadas. O desenvolvimento existencial integraria, por fim, uma elucidação da dinâmica que conduz à compreensão de ser, ou seja, à apreensão compreensiva das condições metanormativas de constituição ontológica. Pensar a ontologia no marco desenvolvimental implica conceber uma dinâmica com condições prévias ao destino de desenvolvimento. Investigar o que são essas condições prévias, como e por que se modificam, é conceber uma série estruturada, sem compromisso com uma noção de mecanismo, mas dotada de uma inteligibilidade capaz de explicitação interpretativa.

Uma tentativa nesse projeto já foi elaborada em detalhe, com a elucidação da dinâmica de desenvolvimento da estrutura existencial da compreensão (VASTERLING, 2015). O resultado é promissor, pois não apenas situa a análise heideggeriana da compreensão no *framework* da psicologia do desenvolvimento, mas também aborda em chave desenvolvimental a primazia da perspectiva estendida da segunda pessoa na interação compreensiva com os contextos intencionais de significação. A socialidade ontológica da existência (a estrutura do ser-com) é reconhecida como primitiva no desenvolvimento, concepção essa que recebe apoio de evidências empíricas da psicologia experimental do desenvolvimento (VASTERLING, 2015, p. 1155).

Em relação à estrutura da compreensão, foi proposta a seguinte ordem de desenvolvimento, estruturada segundo uma relação de pressuposição: cognição representacional, compreensão narrativa, compreensão direta e familiaridade com possibilidades de ação e interpretação. Essa ordem não é estritamente consecutiva, mas as condições se sobrepõem, com as mais básicas permanecendo nas modificações

superiores da compreensão. A familiarização pré-reflexiva com possibilidades de ação e interpretação é a condição inicial, alcançada por bebês, que conduz à compreensão direta e, por modificações, à compreensão narrativa e representacional (VASTERLING, 2015, p. 1159-1152). O que esse resultado evidencia é, de um lado, a possibilidade de uma análise desenvolvimental da analítica existencial e, de outro, a compatibilidade de evidências empíricas oriundas da psicologia experimental do desenvolvimento com a interpretação fenomenológica. É desejável que um projeto similar seja executado em relação aos demais resultados da analítica existencial.

Heidegger ofereceu uma indicação nessa direção, ao esboçar uma interpretação de uma modificação na condição de *Dasein*, denominada de ser-aí infantil (*kindliches Dasein*, HEIDEGGER, 1996, p. 122-126). A análise do esboço de interpretação de aspectos da condição de *Dasein* infantil extrapola os limites do presente trabalho. Cabe ressaltar, no entanto, que, diferente de Merleau-Ponty, Heidegger não adota a hipótese da fusão adualista. Ao contrário, ele declara explicitamente que é falsa a concepção de que, ao nascer, o bebê estaria totalmente imerso em si, e que somente ao longo das primeiras semanas ele deixaria de estar encerrado em si, voltando-se para os objetos. Heidegger atribui uma estrutura intencional ao modo de ser dos neonatos. Mesmo que em uma condição enevoadada, o bebê já está dirigido a algo, de tal sorte que o ente já está patente de alguma maneira para o neonato (HEIDEGGER, 1996, p. 125). Além disso, o choro é interpretado com base nas noções de choque e susto, implicando com isso que a estrutura da *Befindlichkeit* também já está presente no nascimento. Bebês humanos são capazes de sintonias afetivas, e a situação inicial em que se encontra a existência neonatal é, segundo Heidegger, a entrega desamparada ao mundo (HEIDEGGER, 1996, p. 126).

Um resultado importante dessa consideração é que a tese formulada por Heidegger mostra-se compatível com importantes resultados da psicologia experimental do desenvolvimento. Por exemplo, as noções de *self* ecológico presente já no nascimento (NEISSER, 1988, p. 37-8), de intersubjetividade primária (TREVARTHEN, 1979), de imitação neonatal diferencial (MELTZOFF & MOORE, 1977), de resposta diferencial à autoestimulação e de atitude atencional (ROCHAT & STRIANO, 1999, p. 10-12) implicam a rejeição da hipótese da indiferenciação si mesmo/ambiente. Com isso, resultados experimentais, mesmo que amplamente discutidos e controversos, mostram-se

compatíveis com a sugestão filosófica de fenômenos neonatais de intencionalidade e, portanto, de um ser-aí infantil.

Contudo, os resultados da pesquisa em psicologia experimental do desenvolvimento devem poder ter um impacto crítico na analítica existencial. Um caso pertinente nesse sentido é a suposta deficiência na análise existencial da socialidade ontológica da existência humana. Mesmo que corretas e pertinentes sob certos aspectos, as elucidações da socialidade ontológica, apresentadas na analítica existencial, desconhecem o fenômeno da intersubjetividade primária e, com isso, permanecem apenas no nível da intersubjetividade secundária. Outras pessoas comparecem apenas nos contextos de uso de utensílios, mas não em contexto de relação interpessoal face a face. Apesar de contribuir para uma abordagem fenomenológica da cognição social que não se apoia em simulação ou processos representacionais, a ausência de reconhecimento da intersubjetividade primária, com a interação face a face sem a mediação de objetos, compromete o entendimento da intersubjetividade secundária, conduzindo a uma forma de autismo filosófico (GALLAGHER & JACOBSON, 2012, p. 232-233). No limite, essa lacuna, em parte motivada pelo desconhecimento dos fenômenos da intersubjetividade primária, da atenção compartilhada e da intercorporalidade, conduziria a uma noção irrelacional de autenticidade e ao individualismo metodológico (GALLAGHER, 2018b, p. 134-136).

Essa objeção foi contestada, tendo por base reconstruções mais detalhadas que apontam para o traço básico da socialidade da existência (VASTERLING, 2015, p. 1155 n. 9). Dahlstrom, por outro lado, vai na direção oposta à da crítica de individualismo metódico e autenticidade irrelacional, sustentando que a socialização existencial do ser humano é integral e fundante. Nesse sentido, o modo de ser autêntico não é irrelacional, mas implica a socialização existencial (DAHLSTROM, 2015, p. 344). Apesar de central em termos filológicos e conceituais, essa questão é pertinente no presente contexto apenas na medida em que exemplifica a possibilidade de revisão de um resultado ontológico a partir de evidências oriundas da psicologia experimental do desenvolvimento. Outros pontos da rede conceitual da analítica existencial deveriam ser trazidos à colação para uma avaliação similar. Heidegger advertiu sobre a necessidade de uma revisão crítica fundamental nas investigações psicológicas, psicanalíticas, antropológicas e biológicas.

Essa revisão deveria ser conduzida pela tese fundamental da constituição essencialmente histórica do ser-aí humano, que também estaria presente nos bebês humanos (HEIDEGGER, 1996, p. 124). Uma sugestão na direção contrária seria a de examinar a historicidade da existência à luz da noção de andaime parental (*scaffolding*, ROCHAT & STRIANO, 1999, p. 18).

Em termos gerais, é preciso sublinhar que, ao admitir uma forma infantil de *Dasein*, a fenomenologia hermenêutica não está exposta à revisão robusta proporcionada pelo falseamento da hipótese da socialidade sincrética. Para concluir o presente artigo, examinarei um problema controverso, que diz respeito à perspectiva de uma abordagem naturalizada do fenômeno da compreensão de ser. O projeto de um estudo desenvolvimental da compreensão de ser estaria de princípio aparentemente interdito. Dada a facticidade da existência, um estudo ontogenético da compreensão de ser não alcança o que se retira da abertura e permanece opacamente determinante. Portanto, a colaboração da psicologia experimental do desenvolvimento para a fenomenologia hermenêutica é estruturalmente limitada. A minha sugestão é que essa conclusão não é evidente.

12. Ontogênese da compreensão de ser?

Uma das concepções mais básicas da fenomenologia hermenêutica sustenta que toda interação intencional, significativa e normatizada, é possível porque na estrutura da interação há uma apreensão compreensiva das condições metanormativas de constituição. Comportamentos intencionais são possíveis em razão da pressuposição de uma compreensão de ser. Adicionando a concepção pluralista à tese da pressuposição, chega-se à posição robusta de que todo comportamento intencional nas experiências vividas é possibilitado por uma compreensão da unidade de modos de ser. Nesse sentido, o uso competente de uma colher, por exemplo, não se esgota na competência em seguir a normatividade específica das práticas de alimentação, mas aloja em si uma apreensão da condição metanormativa de constituição de utensílios: relacionalidade complexa finalizada (material, outros utensílios, metas, usuários). Dada a remissão finalizada a

possibilidades existenciais, o uso de uma colher supõe a compreensão da disponibilidade (*Zuhandenheit*) e da existência (*Existenz*).

Segundo Heidegger, a compreensão de ser é um *factum*. Esse pressuposto está presente já no nascimento ou surge em uma história desenvolvimental? Estudos sobre a solução de problemas na infância sugerem a hipótese de que não se pode atribuir uma autorreferência futura antes de 9 meses de idade (McCARTY *et al.*, 1999, p. 1099-1011). Para corrigir a posição de uma colher, de modo a atingir a meta de trazer o alimento até a própria boca, o infante deve poder antecipar um estado próprio futuro (o alimento na própria boca). Quando são capazes de resolver problemas, como mudar planejadamente a mão que apanhará o cabo da colher, conjectura-se que os infantes estão usando habilmente o utensílio. De acordo com a tese da pressuposição, seria forçoso concluir que não há indícios suficientes para atribuir compreensão do modo de ser da disponibilidade a um infante com menos de 9 meses. Contudo, as evidências da intersubjetividade primária, com a discriminação entre si mesmo, ambiente e outra pessoa, implicam que já haveria uma interação não puramente reflexa na condição neonatal. A imitação neonatal diferencial implica percepção da face de outro e propriocepção. Se há propriamente percepção, então isso deveria implicar o *factum* de uma compreensão neonatal de ser. Nessa direção, os desenvolvimentos da atitude contemplativa, o nascimento psicológico propriamente dito, e da atitude intencional (as revoluções dos 2 e 9 meses, ROCHAT & STRIANO, 1999, p. 12-18 e 24-29) devem implicar mudanças significativas na compreensão de ser.

É manifesto que a hipótese de um desenvolvimento da compreensão de ser tem pressuposições robustas. Tal hipótese supõe, em particular, uma elucidação precisa da noção de apreensão de condições metanormativas de constituição. É indispensável, por conseguinte, uma formulação rigorosa das noções de modo de ser e de apreensão compreensiva de modos de ser. Entretanto, considerando a admissão de um *Dasein* infantil e neonatal, está aberto o espaço lógico para examinar o desenvolvimento da compreensão adulta de ser. O desenvolvimento existencial e da compreensão de ser poderia seguir uma ordem desenvolvimental similar àquela apresentada por Vasterling em relação à compreensão de possibilidades existenciais? Esse projeto deveria situar-se no nível da projeção em possibilidades internas, que está internamente relacionado com

a projeção em possibilidades existenciais. Formalmente, à fenomenologia do projetar (FIGAL, 2014) seria acrescido um marco desenvolvimental que descreveria e interpretaria as modificações ontogenéticas no projetar.

Em perspectiva menos formal, considerando o aprendizado de normatividade que está relacionado com as práticas colaborativas de imitação (BERNSTEIN, 2011, p. 411), a investigação específica sobre o desenvolvimento da confiança infantil fornece um campo fenomênico concreto para tematizar o desenvolvimento da apreensão de condições metanormativas. O estudo sobre o desenvolvimento da confiança forneceria obliquamente as diretrizes para o estudo sobre o desenvolvimento da compreensão de ser. Além disso, dado que, segundo a hipótese de *Ser e Tempo*, a compreensão de ser está estruturada por uma temporalidade ekstática e horizontal, seria natural conjecturar uma abordagem desenvolvimental da temporalidade. Nesse sentido, Vasterling (2015, p. 1148) sugeriu que o modelo da temporalidade transcendental seria apto para uma interpretação a partir da teoria de sistemas dinâmicos. Uma questão geral que afeta esses tópicos da ontologia fundamental refere-se à estrutura da ordem desenvolvimental sugerida. O princípio da equifinalidade, segundo o qual um mesmo estágio final pode ser alcançado a partir de diferentes condições iniciais e seguindo diferentes trajetórias (ROCHAT, 2004, p. 233), poderia ser estendido para o nível formal do desenvolvimento da compreensão de ser? Quais são as etapas do desenvolvimento do *Dasein*, como acontece e que regularidades podem ser identificadas? Essas são perguntas de uma fenomenologia hermenêutica desenvolvimental.

Como já foi ressaltado antes, o conhecimento do mundo infantil é uma condição para tornar concebível tal projeto, admitindo o requisito básico da compatibilidade entre resultados empíricos e análises fenomenológicas. Que possam acontecer revisões na análise fenomenológica é uma possibilidade a ser integrada num projeto que aceite a historicidade da existência, da ciência e da filosofia (entendidas como maneiras de existir). É pertinente considerar agora uma objeção global ao projeto de uma história ontogenética da compreensão de ser. Esse não é o lugar para uma avaliação dos argumentos contrários e favoráveis à naturalização da fenomenologia hermenêutica no projeto de uma ciência cognitiva heideggeriana (RATCLIFFE, 2012; WHEELER, 2012). Importa ressaltar que uma abordagem desenvolvimental não precisa ser uma explicação

dos estados e processos causais do *Dasein* (WHEELER, 2012, p. 184), nem uma abordagem objetivante que, ao tematizar o ser-no-mundo como um ente subsistente, não seria capaz de apanhar a existência que se projeta em possibilidades *como* possibilidades (RATCLIFFE, 2012, p. 148 e 151). Na metateoria da psicologia do desenvolvimento, é possível um pluralismo ontológico que respeite o modo de ser da existência, fomentando modos expressivos não objetivantes. De outro lado, o dilema de dilemas (SUAREZ, 2017, p. 910-911) que é enfrentado por uma Ciência Cognitiva Heideggeriana não é gerado em uma metateoria que adote um pluralismo ontológico hermenêutico. Contudo, uma objeção originada da aceitação da natureza finita do desvelamento de ser precisa ser examinada.

De acordo com uma interpretação corrente da contribuição fundamental da fenomenologia hermenêutica, a experiência fenomênica significativa pressupõe dimensões transfenomenais que não são dadas e determinadas como fenômeno. As abordagens empíricas são limitadas à experiência ao nível fenomênico, mas não alcançam as dimensões que excedem a fenomenalidade. Conseqüentemente, a investigação científica possui limites internos, e a naturalização da fenomenologia jamais será completa (TALERO, 2012, p. 247, 267-270). Admitindo a transfenomenalidade da compreensão de ser, resta interdita uma investigação ontogenética da transcendência para os modos de ser. Como já foi ressaltado, mesmo que a dimensão ontológica seja concebida em *Ser e Tempo* como inconspícua, não se segue que seja inaparente (CROWELL, 2018, p. 218). Há uma experiência do desvelamento de ser, mesmo que limitada.

Nesse sentido, pode-se mudar a formulação da objeção, sustentando que todo modo de ser dado na compreensão é sempre uma limitação em face de um excesso de possibilidades internas que não se revelam, mas, ao contrário, se retiram e ocultam. Apesar das dificuldades na justificação de se e porque acontece um auto-ocultamento de ser (WITHY, 2017, p. 1510), mas concedendo que toda forma de manifestação das condições metanormativas de constituição é também uma retração ocultante, não se segue que não aconteça uma doação de ser na realização fáctica da compreensão de ser. Assim sendo, a tematização da compreensão de ser na fenomenologia hermenêutica não pretende eliminar a limitação e a opacidade características da compreensão fáctica de ser. Do

mesmo modo, essa mesma cláusula não precisa estar desconsiderada numa abordagem desenvolvimental da compreensão de ser. Evidentemente, a observação do pluralismo ontológico hermenêutico, em que os modos de ser são desvelados em uma compreensão finita, deve implicar uma forma complexa e peculiar de expressão (REIS, 2020a). Contudo, nada disso representa uma interdição de princípio para uma colaboração de mão dupla entre fenomenologia hermenêutica e psicologia experimental do desenvolvimento. Ao contrário, a observação desses requerimentos metateóricos está em consonância com o *insight* básico sobre a historicidade da existência que se desenvolve e compreende ser. A prova de tal colaboração, contudo, consiste na sua execução.

Referências Bibliográficas

BEEBE, B.; SORTER, D.; RUSTIN, J.; KNOBLAUCH, S. A Comparison of Meltzoff, Trevarthen, and Stern. *Psychoanalytic Dialogues: The International Journal of Relational Perspectives*, 13(6), p. 777-804, 2003.

BERNSTEIN, J. Trust: on the real but almost always unnoticed, ever-changing foundation of ethical life. *Metaphilosophy*, 4(4), p. 395-416, 2011.

CASEY, E. *Remembering. A Phenomological Study*. Bloomington/Indianapolis: Indiana University Press, 2000.

CROWELL, S. Of Paths and Method: Heidegger as a Phenomenologist. In: GREGORY, F.; POLT, R. (Eds.). *After Heidegger?* London/New York: Rowman & Littlefield, 2018. p. 211-221.

CUSHMAN, P. Political Uses of the *Self* in Daniel Stern's Infant. *American Psychologist*, 46(3), p. 206-219, 1991.

DAHLSTROM, D. Existential Socialization. In: PEDERSEN, H.; ALTMAN, M. *Horizons of Authenticity in Phenomenology, Existentialism, and Moral Psychology*. Dordrecht: Springer, 2015. p. 329-346.

DI PAOLO, E. Enactive becoming. *Phenomenology and the Cognitive Sciences* [Online]. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s11097-019-09654-1>>. Acesso em: 11 mar. 2020.

DI PAOLO, E. The Enactive Conception of Life. In: NEWEN, A.; BRUIN, L.; GALLAGHER, S. *The Oxford Handbook of 4E Cognition*. Oxford: Oxford University Press, 2018. p. 71-94.

DILLON, M. Merleau-Ponty and the Psychogenesis of the *Self*. *Journal of Phenomenological Psychology*, 9(1), p. 84-98, 1978.

DOTOV, D.; NIE, L.; CHEMERO, A. A Demonstration of the Transition from Ready-to-Hand to Unready-to-Hand. *PLoS ONE*, 5(3), 2010 [Online]. Disponível em: <<https://doi.org/10.1371/journal.pone.0009433>>. Acesso em: 15 mar. 2020.

ELIAS, J. The Extent of Our Abilities. In: DURT, C.; FUCHS, T.; TEWES, C. *Embodiment, Enaction, and Culture*. Cambridge, MA/London: The MIT Press, 2017. p. 245-256.

FIGAL, G. Seinkönnen in der Welt. Zur Phänomenologie des Entwerfens. In: ESPINET, D.; HILDEBRANDT, T. (Eds.). *Suchen Entwerfen Stiften*. München: Wilhelm Fink, 2014. p. 21-30.

FUCHS, T. Memória corporal e história de vida. In: FUCHS, T. *Para uma psiquiatria fenomenológica*. Trad. Marco Casanova. Rio de Janeiro: Via Verita, 2018. p. 51-75.

FUCHS, T. Collective Body Memories. In: DURT, C.; FUCHS, T.; TEWES, C. *Embodiment, Enaction, and Culture*. Cambridge, MA/London: The MIT Press, 2017. p. 333-352.

FUCHS, T. The phenomenology of body memory. In: KOCH, S. C.; FUCHS, T.; SUMMA, M.; MÜLLER, C. (Eds.). *Body memory, metaphor and movement*. Amsterdam: John Benjamins, 2012. p. 9-22.

FUCHS, T. Body memory and the unconscious. In: LOHMAR, D.; BRUDZINSKA, J. (Eds.). *Founding psychoanalysis. Phenomenological theory of subjectivity and the psychoanalytical experience*. Dordrecht: Kluwer, 2011. p. 69-82.

FUCHS, T. Das Gedächtnis des Leibes. *Phänomenologische Forschungen*, 5, p. 71-89, 2000.

GALLAGHER, S. Mutual Enlightenment: Recent Phenomenology in Cognitive Science. *Journal of Consciousness Studies*, 4(3), p. 195-214, 1997.

GALLAGHER, S. Phenomenology and Non-reductionist Cognitive Science. In: GALLAGHER, S.; SCHMICKING, D. *Handbook of Phenomenology and Cognitive Science*. Dordrecht: Springer, 2010. p. 21-34.

GALLAGHER, S. *Enativist Interventions. Rethinking the Mind*. Oxford: Oxford University Press, 2017.

GALLAGHER, S. Rethinking Nature: Phenomenology and a Non-reductionist Cognitive Science. *Australasian Philosophical Review*, 2(2), p. 125-137, 2018a.

GALLAGHER, S. Relational Authenticity. In: CARUSO, G.; FLANAGAN, O. *Neuroexistentialism*. Oxford: Oxford University Press, 2018b. p. 126-145.

GALLAGHER, S.; JACOBSON, R. Heidegger and Social Cognition. In: KIVERSTEIN, J.; WHEELER, M. *Heidegger and Cognitive Science*. London: Palgrave Macmillan, 2012. p. 213-245.

GALLAGHER, S.; MELTZOFF, A. The earliest sense of *self* and others: Merleau-Ponty and recent developmental studies. *Philosophical Psychology*, 9(2), p. 211-233, 1996.

GALLAGHER, S.; ZAHAVI, D. *The Phenomenological Mind*. 2. ed. London/New York: Routledge, 2012.

HEIDEGGER, M. *Die Grundbegriffe der Metaphysik. Welt – Endlichkeit – Einsamkeit*. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 1983.

HEIDEGGER, M. *Die Grundprobleme der Phänomenologie*. 2. ed. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 1976.

HEIDEGGER, M. *Einleitung in die Philosophie*. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 1996.

HEIDEGGER, M. *Prolegomena zur Geschichte des Zeitbegriffs*. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 1988.

HEIDEGGER, M. *Sein und Zeit*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1986.

JOHNSON, A. Interpreting Infancy. A Response to Simms. *Humanistic Psychologist*, 22(1), p. 88-97, 1994.

KNOWLES, R. *Human Development and Human Possibility. Erikson in the Light of Heidegger*. Lanham: University Press of America, 1986.

MACLAREN, K. Merleau-Ponty on human development and the retrospective realization of potential. *Phenomenology and the Cognitive Sciences*, 16(4), p. 609-621, 2017.

MARTINY, K. How to develop a phenomenological model of disability. *Medicine, Health Care and Philosophy*, 18(4), p. 553-565, 2015.

McCARTY, M.; CLIFTON, R.; COLLARD, R. Problem Solving in Infancy: The Emergence of an Action Plan. *Developmental Psychology*, 35(4), p. 1091-1101, 1999.

MEICHENBAUM, D. What Happens When the “Brute Data” of Psychological Inquiry are Meanings: Nurturing a Dialogue between Hermeneutics and Empiricism. In: MESSER, S.; SASS, L.; WOOLFOLK, R. *Hermeneutics and Psychological Theory: Interpretative Perspectives on Personality, Psychotherapy, and Psychopathology*. New Brunswick/London: Rutgers University Press, 1988. p. 116-130.

MELTZOFF, A.; MOORE, K. Imitation of Facial and Manual Gestures by Human Neonates. *Science*, 198(4312), p. 75-78, 1977.

MERLEAU-PONTY, M. The Child’s Relations with Others. In: MERLEAU-PONTY, M. *The Primacy of Perception*. Evanston: Northwestern University Press, 1964. p. 96-155.

MESSER, S.; SASS, L.; WOOLFOLK, R. *Hermeneutics and Psychological Theory: Interpretative Perspectives on Personality, Psychotherapy, and Psychopathology*. New Brunswick/London: Rutgers University Press, 1988.

MORRIS, D. Rethinking development: introduction to a special section of phenomenology and the cognitive sciences. *Phenomenology and the Cognitive Sciences*, 16(4), p. 565-569, 2017.

NEISSER, U. Five kinds of *self*-knowledge. *Philosophical Psychology*, 1(1), p. 35-59, 1988.

OVERTON, W. Processes, Relations, and Relational-Developmental-Systems. In: OVERTON, W.; MOLENAAR, P. *Handbook of Child Psychology and Developmental Science (7th. Edition). Theory and Method*. New Jersey: Wiley, 2015. p. 9-62.

RATCLIFFE, M. The feeling of being. *Journal of Consciousness Studies*, 12, p. 43-60, 2005.

RATCLIFFE, M. *Feelings of Being. Phenomenology, Psychiatry and the Sense of Reality*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

RATCLIFFE, M. There Can Be No Cognitive Science of Dasein. In: KIVERSTEIN, J.; WHEELER, M. *Heidegger and Cognitive Science*. London: Palgrave Macmillan, 2012. p. 135-156.

REIS, R. A interpretação privativa da vida e a relação circular entre Biologia e Ontologia. *Revista de Filosofia: Aurora*, 22, p. 423-435, 2010.

REIS, R. El concepto existencial de ciência. In: RODRIGUEZ, R. (Ed.). *Guia Comares de Heidegger*. Granada: Editorial Comares, 2018a. p. 121-142.

REIS, R. Historicidade, mudanças relacionais e não fixidez do passado existencial. *Philosóphos*, 22, p. 249-282, 2017.

REIS, R. A Fenomenologia da Percepção Animal nos Conceitos Fundamentais da Metafísica. *Revista Dissertatio de Filosofia*, 48, p. 124-144, 2018b.

REIS, R. *Ways of being and expressivity*. *Estudios de Filosofia*, 61, p. 11-33, 2020a.

REIS, R. O pluralismo ontológico hermenêutico de *Ser e Tempo*. *Anuario Heidegger (Sevilla/Herder)*, n. 1, no prelo, 2020b.

ROCHAT, P. *The Infant's World*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2004.

ROCHAT, P.; STRIANO, T. Social-Cognitive Development in the First Year. In: ROCHAT, P. *Early Social Cognition*. New York/London: Psychology Press, 1999. p. 3-34.

RODRÍGUEZ, R. La Percepción como Interpretación. *Studia Heideggeriana*, 2, p. 179-212, 2012.

ROJCEWICZ, R. Merleau-Ponty and Cognitive Child Psychology. *Journal of Phenomenological Psychology*, 18(1-2), p. 201-221, 1987.

RUIN, H. Anamnestic subjectivity: new steps toward a hermeneutics of memory. *Continental Philosophy Review*, 48, p. 197-216, 2015.

SASS, L. Humanism, Hermeneutics, and the Concept of the Human Subject. In: MESSER, S.; SASS, L.; WOOLFOLK, R. *Hermeneutics and Psychological Theory: Interpretative Perspectives on Personality, Psychotherapy, and Psychopathology*. New Brunswick/London: Rutgers University Press, 1988. p. 222-271.

SIMMS, E. Phenomenology of the Child Development and the Postmodern *Self*: Continuing the Dialogue with Johnson. *Humanistic Psychologist*, 22(1), p. 228-235, 1994.

SIMMS, E. The Infant's Experience of the World: Stern, Merleau-Ponty and the Phenomenology of the Preverbal *Self*. *Humanistic Psychologist*, 21(1), p. 26-40, 1993.

STAWARSKA, B. Merleau-Ponty in Dialogue with the Cognitive Sciences in Light of Recent Imitation Research. *Philosophy Today*, SPEP Supplement, p. 89-99, 2003.

STERN, D. *The Interpersonal World of the Infant*. New York: Basic Books, 1985.

SUAREZ, D. A dilemma for Heideggerian cognitive science. *Phenomenology and the Cognitive Sciences*, 16(5), p. 909-930, 2017.

SVENAEUS, F. Das Unheimliche – Towards a phenomenology of illness. *Medicine, Health Care and Philosophy*, 3, p. 3-16, 2000.

TALERO, M. Joint Attention and Expressivity: A Heideggerian Guide to the Limits of Empirical Investigation. In: KIVERSTEIN, J.; WHEELER, M. *Heidegger and Cognitive Science*. London: Palgrave Macmillan, 2012. p. 246-275.

TREVARTHEN, C. Communication and Cooperation in Early Infancy: a Description of Primary Intersubjectivity. In: BULLOWA, M. *Before Speech*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979. p. 321-347.

VARELA, F., THOMPSON, E., ROSCH, E. *The Embodied Mind*. Cambridge, MA: The MIT Press, 2016.

VASTERLING, V. Heidegger's hermeneutic account of cognition. *Phenomenology and the Cognitive Sciences*, 14, p. 1145-1163, 2015.

VINCINI, S.; JHANG, Y.; BUDER, E. H.; GALLAGHER, S. Neonatal Imitation: Theory, Experimental Design, and Significance for the Field of Social Cognition. *Frontiers in Psychology*, 8, 2017 [On-line]. Disponível em: <<https://doi.org/10.3389/fpsyg.2017.01323>>. Acesso em: 2 mar. 2020.

WAKEFIELD, J. Hermeneutics and Empiricism: Commentary on Donald Meichenbaum. In: MESSER, S.; SASS, L.; WOOLFOLK, R. L. *Hermeneutics and Psychological Theory: Interpretative Perspectives on Personality, Psychotherapy, and Psychopathology*. New Brunswick/London: Rutgers University Press, 1988. p. 131-148.

WARD, D.; SILVERMAN, D.; VILLALOBOS, M. Introduction: The Varieties of Enactivism. *Topoi*, 36, p. 365-375, 2017.

WEBERMAN, D. Heidegger's relationalism. *British Journal for the History of Philosophy*, (9)1, p. 109-122, 2001.

WHEELER, M. Naturalizing Dasein and Other (Alleged) Heresies. In: KIVERSTEIN, J.; WHEELER, M. *Heidegger and Cognitive Science*. London: Palgrave Macmillan, 2012. p. 176-212.

WITHERINGTON, D.; OVERTON, W.; LICKLITER, R.; MARSHALL, P.; NARVAEZ, D. Metatheory and the Primacy of Conceptual Analysis in Developmental Science. *Human Development*, 61(3), p. 181-198, 2018.

WITHY, K. Concealing and Concealment in Heidegger. *European Journal of Philosophy*, 25(4), p. 1496-1513, 2017.

WITHY, K. Situation and Limitation: Making Sense of Heidegger on Thrownness. *European Journal of Philosophy*, 22(1), p. 61-81, 2011.

ZAHAVI, D. Naturalized Phenomenology. In: GALLAGHER, S.; SCHMICKING, D. *Handbook of Phenomenology and Cognitive Science*. Dordrecht: Springer, 2010. p. 3-19.

ZAHAVI, D. Getting It Quite Wrong: Van Manen and Smith on Phenomenology. *Qualitative Health Research*, 29(6), p. 900-907, 2019a [On-line]. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/1049732318817547>>. Acesso em: 5 mar. 2020.

ZAHAVI, D. *Phenomenology. The Basics*. London/New York: Routledge, 2019b.

ZAHAVI, D.; MARTINY, K. Phenomenology in nursing studies: New perspectives.
International Journal of Nursing Studies, 93, p. 155-162, 2019.

Recebido em: 06/06/2020 | Aprovado em: 06/07/2020

